

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 6 DE NOVEMBRO DE 1974

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erandy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quielise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacif — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baranuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erandy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Lasso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baranuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eicy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacif — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Aglides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baranuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baranuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Lasso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baranuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Lasso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotomaior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel —

Quielise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

Ata da 192.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 6 de Novembro de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Rocha e Marciano Baraniuk.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacii — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Frust — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quíelse Crisóstomo — Rosário Pitelli e Wilson Fortes (27); achando-se ausentes os Srs. Deputados: João Mansur — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Lázaro Dumont — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 26/74, que objetiva doar ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, o lote de terreno sob n.º 4-B, com 1.290,00 m², da Planta Geral da sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — Aprovado.

MENSAGEM

26/74

Curitiba, 13 de maio de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, o lote de terreno sob n.º 4-B, com 1.290,00 m², da quadra 13, da Planta Geral da sede do referido município, imóvel esse de propriedade do Estado do Paraná (Tribunal de Justiça), conforme Transcrição n.º 4.801, livro 3/D, do Registro de Imóveis da Comarca.

O imóvel cuja autorização para doação é objeto do Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa é aquele em que estava edificado o prédio do antigo Forum, da Comarca, o qual teve suas instalações inteiramente destruídas por incêndio ocorrido em 1970.

O Senhor Prefeito do Município de Santo Antônio do Sudoeste, no expediente em que pleiteia a doação em questão, esclarece que dito imóvel será destinado à construção de um novo prédio para nele ser instalada a Biblioteca Pública Municipal, fato que, em si mesmo, caracteriza o alto interesse da Administração e da Coletividade em que seja efetivada a medida proposta.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

EMILIO GOMES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, o lote de terreno n.º 4-B, da quadra 13 da Planta Geral da cidade de Santo Antônio do Sudoeste, com área total de 1.290,00 metros quadrados, adquirido pelo Estado do Paraná (Tribunal de Justiça), conforme transcrição do Registro de Imóveis n.º de ordem 4.801, às fls. 157 do Livro 3/D da Comarca do mesmo nome.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao PROJETO DE LEI N.º 68/74

Mensagem Governamental transformada na Casa no Projeto de Lei ora em exame, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, lote de terreno localizado na sede do mesmo.

A matéria está articulada nos termos regimentais, e, do ponto de vista jurídico, poderá ser aprovada pela Casa.

É o parecer

Sub-censura.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Antonio Costa — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao PROJETO DE LEI N.º 68/74

O Executivo solicita autorização legislativa para doar, ao município de Santo Antônio do Sudoeste, um lote de terreno que especifica, destinado à

construção de um prédio para nele ser instalada a Biblioteca Pública Municipal.

A matéria recebeu anuência da douda Comissão de Constituição e Justiça e, da mesma forma, está em condições de merecer aprovação no âmbito desta Comissão.

Por ser assim, opino pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 06 de agosto de 1974.

Quíelse Crisóstomo — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 68/74

1 — O presente plano de lei, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 26/74, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que vise autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Sudoeste, um lote de terreno com área total de 1.290,00m², adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição do Registro de Imóveis n.º 4.801, fls. 157, do Livro 3-D, da Comarca do Município do mesmo nome.

2 — Esta proposição devidamente estudada já mereceu pareceres favoráveis das doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3 — Quanto ao mérito, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual somos pela APROVAÇÃO do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974.

(ac) Domicio Scaramella — Presidente

Iris Caldart — Relator

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para amanhã, dia 7, quinta-feira, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.
Levanta-se a Sessão.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

Ata da 193.ª Sessão (Ordinária)

(Quarta-Feira) Realizada em 6 de Novembro de 1974

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Rocha e Marciano Baraniuk.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacii — Gilberto Carvalho — Ivo Rocha — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Frust — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quíelse Crisóstomo — Rosário Pitelli e Wilson Fortes (27); achando-se ausentes os Srs. Deputados João Mansur — Muggiati Filho — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva (20).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

MENSAGEM

71/74

Curitiba, 14 de outubro de 1974

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Acordo celebrado em 12 de setembro de 1974, entre o Governo do Estado e o Ministério do Interior, objetivando a criação de mecanismo comum de controle da erosão na região Nordeste do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expressa no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES
Governador do Estado

TERMO DE ACORDO CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO INTERIOR E O ESTADO DO PARANÁ, OBJETIVANDO A CRIAÇÃO DE MECANISMO COMUM DE CONTROLE DA EROSAO NA REGIAO NOROESTE DO PARANA.

Pel. presente instrumento e na melhor forma de direito, o MINISTÉRIO DO INTERIOR, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Mauricio Rangel Reis e o ESTADO DO PARANÁ, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Emilio Hoffmann Gomes,

— Considerando que a Região Noroeste do Paraná é de extraordinária importância para o Estado e o País, pela concentração de sua população, seus cursos naturais, sua produção agropecuária para consumo nacional e geração de divisas pela exportação;

— Considerando que a base econômica da área é sua atividade rural, responsável pela sua incorporação à economia brasileira e pela manutenção de uma das mais altas densidades demográficas do País;

— Considerando que a viabilidade econômica da Região Noroeste do Paraná está ameaçada pela erosão do solo, que se constitui como o mais grave problema dessa área;

— Considerando que a erosão do solo é uma resposta do meio físico à sua inadequada utilização pelo homem, o que torna imperativo o controle da erosão através da regulação do uso do solo, tanto rural quanto urbano, de modo a garantir a conservação de seus recursos naturais e do seu acervo de cidades e obras rurais;

— Considerando que se faz urgente uma objetiva política unívoca entre os organismos que atuam na área para obter-se resultados concretos no controle da erosão;

— Considerando que o Ministério do Interior e o Estado do Paraná, por seus órgãos, desenvolvem programas de controle de erosão, cujas repercussões podem ser multiplicadas pela integração das iniciativas e dos recursos aplicados;

RESOLVEM,

no interesse do País, do Estado e da comunidade sócio-econômica que compõe o Noroeste do Paraná, celebrar o seguinte

ACORDO:

PRIMEIRO — A Região Noroeste do Paraná, para os efeitos deste pacto, é constituída pelos seguintes municípios: Abatiá — Altonio — Alto Paraná — Alto Piquiri — Alvorada do Sul — Amaporá — Apucarana — Arapongas — Araruna — Assaí — Assis Chateaubriand — Astorga — Atalaia — Bandeirantes — Barbosa Ferraz — Bela Vista do Paraíso — Boa Esperança — Bom Sucesso — Borazópolis — Cafeara — Califórnia — Cambé — Cambira — Campina da Lagoa — Campo Mourão — Centenário do Sul — Cianorte — Cidade Gaúcha — Colorado — Congonhinhas — Cornélio Procopio — Cruzeiro do Oeste — Cruzeiro do Sul — Diamante do Norte — Doutor Camargo — Engenheiro Beltrão — Faxinal — Fenix — Floresta — Florestópolis — Flórida — Formosa do Oeste — Goio-Êrê — Grandes Rios — Guaira — Guairacá — Guaporema — Guaraci — Ipirorã — Icaraima — Iguaçu — Inajá — Indaíópolis — Iporã — Iretama — Itaguapé — Itambaracá — Itambé — Itaúna do Sul — Ivaiporã — Ivatuba — Jaguapitã — Jandaia do Sul — Janiópolis — Japurá — Jardim Alegre — Jardim Olinda — Jataizinho — Jussara — Kaloré — Leópolis — Loanda — Lobato — Londrina — Lúcio — Lúcio — Mamboré — Mandaguá — Mandaguari — Maria Helena — Mariáia — Marilândia do Sul — Marilena — Mariluz — Maringá — Marumbi — Mirador — Miraselva — Moreira Sales — Munhoz de Melo — Nossa Senhora das Graças — Nova Aliança do Ivaí — Nova América da Colina — Nova Cantu — Nova Esperança — Nova Fátima — Nova Londrina — Nova Olímpia — Ourizona — Peissandu — Palotina — Paraíso do Norte — Paranacity — Paranaíba — Paranaíba — Peabiru — Pérola — Planaltina do Paraná — Porecatu — Porto Rico — Presidente Castelo Branco — Primeiro de Maio — Querência do Norte — Quinta do Sol — Rancho Alegre — Rio Bom — Rolândia — Roncador — Rondon — Sabáudia — Santa Amélia — Santa Cecília do Pavão — Santa Cruz do Monte Castelo — Santa Fé — Santa Inês — Santa Isabel do Ivaí — Santa Mariana — Santo Antonio do Caiú — Santo Antonio do Paraíso — Santo Inácio — São Carlos do Ivaí — São Jerônimo da Serra — São João do Caiú — São João do Ivaí — São Jorge — São Pedro do Ivaí — São Pedro do Paraná — São Sebastião da Amoreira — São Tomé — Sertaneja — Sertãozinho — Tamboara — Tapejara — Tapira — Terra Boa — Terra Rica — Terra Roxa do Oeste — Tuiuti — Ubatuba — Umuarama — Uniflor — Uraí e Xanxara.

SEGUNDO — O presente ACORDO tem como objetivos primordiais:

— Integrar as ações dos órgãos convenientes, voltados para o controle da erosão, visando o desenvolvimento do Noroeste do Paraná, através da soma de esforços para a solução do seu problema e maximização dos resultados de seus investimentos na área;

— Aplicar e promover a aplicação das recomendações constantes dos Relatórios dos Estudos realizados pelos órgãos convenientes, com colaboração da Organização dos Estados Americanos — OEA — no período de 1970 a 1973, na forma que julgarem mais adequada.

TERCEIRO — Para atingir os objetivos definidos na cláusula anterior, é criado o Conselho Diretor do Projeto Noroeste do Paraná, composto dos seguintes membros: pelo Ministério do Interior, o Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento — DNOS, pelo Governo do Estado, os Secretários de Viação e Obras Públicas e de Planejamento, cabendo ao primeiro a presidência do Conselho Diretor.

Parágrafo Único — O Conselho Diretor funcionará como órgão deliberativo e reunir-se-á ordinariamente cada trimestre, e extraordinariamente por convocação de qualquer dos membros.

QUARTO — Competirá ao Conselho Diretor, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas pelos convenientes:

A) Implantar as ações e iniciativas previstas nos relatórios do Projeto Noroeste do Paraná;

B) Coordenar e orientar a aplicação de recursos provenientes do Ministério do Interior, do Governo do Estado e de financiamentos, destinados ao custeio dos projetos e obras de controle da erosão nos municípios descritos no item PRIMEIRO;

C) Estabelecer os programas de investimentos para a realização de projetos de desenvolvimento e controle da erosão na região Noroeste do Paraná;

D) Aprovar os projetos específicos de cada município para controle da erosão;

E) Estabelecer as condições obrigatórias, mínimas, a serem cumpridas pelos municípios, para habilitá-los e receber recursos ou pleitear financiamentos para os fins do Acordo;

F) Orientar a atuação da Secretaria Técnica encarregada de instrumentar suas deliberações.

Parágrafo Único — O Conselho Diretor estabelecerá, em documento próprio, seu "modus operandi" e suas formas de deliberação.

QUINTO — O Conselho Diretor disporá de uma Secretaria Técnica presidida por representante do Estado do Paraná cujas atribuições, limitações e recursos serão definidos pelo Conselho, devendo ser integrada por profissionais de reconhecida capacidade técnica e administrativa.

SEXTO — Os órgãos convenientes se comprometem entre si a submeter à apreciação do Conselho Diretor os assuntos relativos ao controle da erosão no Noroeste do Paraná e as ações de importância para o desenvolvimento da região.

SETIMO — Os órgãos convenientes farão constar em seus orçamentos anuais os recursos necessários à manutenção do Conselho Diretor e de sua Secre-

taria Técnica e, em sua primeira reunião ordinária, definirão os recursos para seu funcionamento no exercício de 1974.

E por estarem acordes, assinam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença das testemunhas igualmente ao final assinadas.

Curitiba, 12 de setembro de 1974

Ministério do Interior — Ministro Maurício Rangel Reis

Governo do Paraná — Doutor Emílio Hoffmann Gomes — Governador

Testemunhas:

(2a) Engenheiro Henrique Brandão Cavalcanti
Secretário Geral do Ministério do Interior
Doutor Belmir Valverde Jabim Castor
Doutor Gerhard Leo Linzmeyer
Secretário de Planejamento e Coordenação Geral do Paraná
Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado do Paraná
Engenheiro Paulo Afonso de Freitas Meiro
Superintendente da SUDESUL
Engenheiro Espedito Fausto Dacheux Pereira
Diretor da 10.a Diretoria Regional de Saneamento — DNOS

A Comissão de Constituição e Justiça.

MESSAGEM

72/74

Curitiba, 14 de outubro de 1974

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 12 de agosto de 1974, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, objetivando a realização de exposição de produtos agropecuários no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(2) — EMILIO GOMES
Governador do Estado

CERTIDÃO

CERTIFICO que revendo o livro próprio de convênio da Seccional Jurídica ali encontrei o seguinte: Termo de Convênio celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO, para os fins que abaixo especificam: Aos 12 (doze) dias do mês de agosto de 1974, presentes de um lado a Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, representada por seu titular no ato, Dr. José Cassiano Gomes dos Reis Junior, devidamente autorizado para o efeito pela autorização governamental exarada no Of. G. n.º 547/74, e, de outro lado, a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão, representado no ato pelo Prefeito Sr. Antonio de Paiva Canteleiro, autorizado pela Câmara Municipal através da Lei n.º 215/66, denominado a seguir, apenas e respectivamente de "Secretaria" e "Prefeitura", acordam assinar o presente termo de convênio com as condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA: 1) — Realizar exposição de produtos Agro-Pecuários, que deve: a) — Proporcionar aos criadores a possibilidade de se certificarem do grau de adiantamento da pecuária, mediante os exames dos produtores expostos, b) — Mostrar o que no campo da industrialização de produtos derivados de origem animal, vem sendo realizado, c) — Mostrar a todos os interessados, principalmente aos visitantes, os resultados de emprego de novos métodos de seleção e outros trabalhos zootécnicos que vem sendo adotados visando o aprimoramento dos rebanhos, d) — Estabelecer maior intercâmbio entre os meios criatórios produtivos e o estreitamento das relações entre técnicos de todos os Estados, e) — Proporcionar mostragens de produtos agrícolas, pelos quais possam os agricultores, a, ao mesmo tempo, constatar os resultados do emprego da tecnologia no desenvolvimento agrícola.

CLAUSULA SEGUNDA: Das obrigações dos convenientes: — As obrigações dos convenientes, a seguir enumeradas, traduzem-se em: I — Da Secretaria: — a) — Conceder auxílio financeiro para a execução da Exposição, no montante de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), b) — A normalização dos critérios a serem adotados para o funcionamento do Certame, c) — A racionalização e orientação da Exposição no sentido do desenvolvimento global da Pecuária do Paraná, e em consonância com a política do desenvolvimento da Pecuária Nacional, II — Da Prefeitura: — a) — Aplicar o recurso financeiro concedido em benefício da Administração do Parque de Exposições e segundo as diretrizes financeiras do Estado, b) — Contratação e cobertura financeira dos encargos salariais e previdenciários de 1 (um) médico-veterinário, para execução dos serviços concernentes ao Certame, e, fora deste, a serviços afins desenvolvidos pela Secretaria da Agricultura no Município, c) — Capacitar as instalações do Parque de forma a possibilitar: 1) — Acomodação dos órgãos ligados a Agropecuária, atuantes no Município, 2) — Possibilitar o desenvolvimento de provas de ganho de peso para bovinos, 3) — Possibilitar o desenvolvimento de provas de observação zootológicas e testes sanitários, d) — Submeter-se às normas estabelecidas no presente Termo de Convênio, e) — Aceitar o período estabelecido pelo Calendário Oficial de Exposições para o Estado do Paraná.

CLAUSULA TERCEIRA: — Da Vigência: — O presente Termo de Convênio terá, a duração de um (1) ano, a contar da data de sua publicação em Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA QUARTA: — Do Destino do Patrimônio: — Ao final da vigência deste convênio, os bens móveis ou imóveis que dela resultarem, se constituirão em patrimônio da Secretaria da Agricultura.

CLAUSULA QUINTA: — Das Alterações. A alteração deste termo de convênio, dependerá de prévia aprovação da Secretaria.

CLAUSULA SEXTA: — A Prefeitura prestará conta à Secretaria, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da importância objeto deste convênio.

Este termo de convênio foi lavrado em Livro Próprio da Secretaria. E, para firmeza e validade do que acima ficou estipulado, lavrou-se o presente termo, o qual depois de lido e achado conforme vai assinado pelas partes convenientes e pelas testemunhas. (as.) José Cassiano Gomes dos Reis Junior. (as.) Antonio de Paiva Canteleiro. Testemunhas: Ilegíveis.

Christiano O. Andregetto — Assessor Jurídico
Miralva Célia Levandoski

A Comissão de Constituição e Justiça.

MESSAGEM
N.º 73/74

Curitiba, 16 de outubro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Cambé, Campina da Lagoa e Cantanduvas, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMÍLIO GOMES
Governador do Estado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ
ESTADO DO PARANÁ**

CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Cambé, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de 1974 no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o Senhor Dr. Antonio Waldemar Garcia, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 21 da Lei Complementar n.º 02 (Lei Orgânica dos Municípios) de 18-06-73, tendo em vista a autorização Governamental de 21-07-72, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a Lei Municipal n.º 199 de 28.08.73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — OBJETO DO CONVENIO

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotação do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — DEFINIÇÃO E LEGISLAÇÃO

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos entre outros de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — EXECUÇÃO DO CONVENIO

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstancialmente equipamentos indispensáveis, a ação contínua policial em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios, científicos ou não, destinados os setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — Não empregar os veículos que hajam sido objeto desse convênio, fora dos limites territoriais do município, ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Cambé, em contra-partida proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b", do artigo anterior:

- a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal ou seus órgãos;
- b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- 1) — o fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- 2) — pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- 3) — conservação e reposição de peças, consertos, retífica ou substituição de motores;
- 4) — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- 5) — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, neste incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- 6) — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos locais ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — CONTRIBUIÇÃO E DELEGAÇÃO

As contribuições da municipalidade para efetivação desse convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — PRAZO E DENÚNCIA

O presente convênio vigorará por prazo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, 6 (seis) meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades.

CLÁUSULA SEXTA — VIGENCIA

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — CELERIDADE DO APOIO

Compromete-se a municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo, com as cláusulas estipuladas as partes constantes firmam o presente convênio para que produza seus efeitos legais.

Conclusão do Termo de Convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Cambé, e a Secretaria de Segurança Pública, para fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local.

Curitiba, 28 de agosto de 1974.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança
Dr. Antonio Waldemar Garcia — Prefeito Municipal de Cambé
Testemunhas:
(Ass. ilegíveis)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DA LAGOA
ESTADO DO PARANÁ**

"CONVENIO"

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Alberto Bauer, Prefeito Municipal de Campina da Lagoa, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-07-72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente Termo de Convênio estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública através da Delegacia de Polícia e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstancialmente em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não;
- c) a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste Convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Campina da Lagoa, em contra-partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "B" do artigo anterior:

- a) diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos; ou
- b) indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — Fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;
- IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento, principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locais ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade de Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 07 de fevereiro de 1973.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Alberto Bauer — Prefeito Municipal de Campina da Lagoa
(As. ilegível) — Testemunha
(As. ilegível) — Testemunha

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Catanduvas, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos:

Aos catorze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e quatro, no Gabinete do Prefeito Municipal, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Silvestre Hinselmann, Prefeito Municipal de Catanduvas tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 21 da Lei Complementar n.º 2, de 18-06-73 (Lei Orgânica dos Municípios) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-7-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros de apuração das infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do Município ou, quando recebidos por razões administrativas, repor imediatamente, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Catanduvas, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis às atividades dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da Legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência:

— Este fato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade de Apoio:

— Compromete-se a municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Catanduvas, 14 de junho de 1974.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Silvestre Hinselmann — Prefeito Municipal de Catanduvas
(As. ilegível) — Testemunha
(As. ilegível) — Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

74/74

Curitiba, 10 de outubro de 1974.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas com as Prefeituras Municipais de Araruna, Foz de Iguaçu, Jandaia do Sul e Realeza, objetivando a construção de prédios destinados às Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES

Governador do Estado

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA
ESTADO DO PARANÁ**

Termo de Convênio como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Araruna.

Aos 11 (onze) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antonio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pelo sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Gerhard Leo Linzmeyer — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmeier de Christo; e a Prefeitura Municipal de Araruna — consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(is) n.º(s) 392 e 393 de 10-12-73, e 400, de 19-3-74, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal Sr. Luiz Zavatin, celebraram o presente convênio, à vista do vencido not(s) processo(s) de protocolo(s) n.º(s) 7.891/73—D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Araruna, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.545 e do(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 11/70.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 98,13m² (noventa e oito metros e treze decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.229 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs 27 e 28/71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros).

CLAUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 27.574 no Livro 3-U de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Foz de Iguaçu, deste Estado, terreno esse constituído pela data de terras n.º 1.010, da quadra n.º 57, situada no quadro urbano da cidade de Araruna, com a área de 600,00 m² (seiscentos metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das

que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custo da Obra

3.1 — O custo da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta, extraído em o empenho de verba n.º 117/74 no valor de Cr\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 5.250,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 7.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages (Cr\$ 7.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica e as esquadrias (Cr\$ 7.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 7.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 1.750,00).

CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentarem em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA — Do Foro

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pela cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado
Gerhard Leo Linzmeyer — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

Luiz Zavatin — Prefeito Municipal de Araruna

Antonio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO OESTE ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste.

Aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes,

e pelo Bacharel Antonio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Gerhard Leo Linzmeyer — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Formosa do Oeste, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 53/74 de 30-3-74, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal Vitor João Tissiani, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no(s) processo(s) de protocolo n.º(s) 3.878/74 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Formosa do Oeste, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.797 e 5.776 (02 a 04) e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 26/73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (6), área global de 333,94 m² (trezentos e trinta e três metros e noventa e quatro decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. nos 27 e 28-71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio, indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 2.609, no Livro 3-B de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Formosa do Oeste, deste Estado, terreno esse constituído da Quadra n.º 58 (cinquenta e oito) da planta geral da cidade de Formosa do Oeste, com a área total de 4.772,00 m² (quatro mil, setecentos e setenta e dois metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 210 (duzentos e dez) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto à execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta, extraído em o empenho de verba n.º 116/74 no valor de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 22.500,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 30.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages (Cr\$ 30.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 30.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 30.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 7.500,00).

CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA — Do Foro

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado
Gerhard Leo Linzmeyer — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

Vitor João Tissiani — Prefeito Municipal de Formosa do Oeste

Antonio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAIA DO SUL ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul.

Aos 12 (doze) dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antonio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Engenheiro Gerhard Leo Linzmeyer — por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(is) n.º(s) 833/73, de 20-9-73, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal João Pagliarini, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no(s) processo(s) de protocolo(s) n.º(s) 1.718/74—D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Jandaia do Sul, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.785 e 5.776 (02 a 04 e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 26/73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 291,69 m² (duzentos e noventa e um metros e sessenta e nove decímetros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs 27 e 28/71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 2.188 no Livro 3-C de Transcrição das Transmissões do 2.º Registro Geral de Imóveis da Comarca de Jandaia do Sul, terreno esse constituído das datas de terras n.ºs 13 (treze) e 14 (quatorze) da quadra urbana n.º 6 (seis) da cidade de Jandaia do Sul, com a área global de 947,18 m² (novecentos e quarenta e sete metros e dezoito decímetros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 210 (duzentos e dez) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Pre-

feitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto a execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais, e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes de trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente à execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custo da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Reequipamento Policial — FUN-RESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 17-5-70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73), tendo sido, quanto a esta extraído em 20-5-74 o empenho de verba n.º 54-74, no valor de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas, assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 12.000,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as verbas (Cr\$ 16.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages (Cr\$ 16.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 16.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 16.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 4.000,00).

CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra, da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade, placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA — Do Foro

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado
Gerhard Leo Linzmeyer — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

João Pagliarini — Prefeito Municipal de Jandaia do Sul

Antonio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil

Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA
ESTADO DO PARANÁ**

Termo de Convênio, como abaixo se declara, entre a Secretaria da Segurança Pública (Polícia Civil), a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificação de Obras Especiais, e a Prefeitura Municipal de Realeza.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e quatro, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (Polícia Civil), daqui por diante simplesmente denominada "Secretaria da Segurança", representada pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado General Mário Carneiro Portes e pelo Bacharel Antonio Lopes de Noronha, Diretor da Polícia Civil; a Secretaria de Viação e Obras Públicas, por seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, daqui por diante simplesmente denominado "Departamento" ou referenciado pela sigla "D.E.O.E.", representado — perante o Exmo. Sr. Secretário de Estado Gerhard Leo Linzmeyer, por seu Diretor Geral, Engenheiro Rolf Lunkmoss de Christo; e a Prefeitura Municipal de Realeza, consoante autorização outorgada pela(s) Lei(s) Municipal(ais) n.º(s) 211, de 07-5-74, daqui por diante simplesmente denominada "Prefeitura Municipal", representada pelo Sr. Prefeito Municipal João Maria Corrêa, celebraram o presente convênio, à vista do vencido no(s) processo(s) de protocolo(s) n.º(s) 7.606/73 — D.E.O.E., mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Do Objeto e Valor

1.1 — O objeto do presente convênio é a construção, na sede do Município de Realeza, de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia, de acordo com a ordenação técnica constante do(s) Projeto(s)/D.E.O.E. n.º(s) 5.787 e 5.776 (02 a 04 e da(s) Especificação(ões)/D.E.O.E. n.º(s) 25/73.

1.1.1 — A obra diz respeito à construção de prédio térreo em alvenaria de tijolos na parte administrativa e em concreto armado na parte das celas (4), área global de 135,00 m² (cento e trinta e cinco metros quadrados).

1.1.2 — Consideram-se incluídos na obra todos os complementos necessários, tais como muros (Projeto/D.E.O.E. n.º 5.328 e Especificações/D.E.O.E. n.ºs 27 e 28/71), acessos e passeios, ajardinamento, e todos os serviços, externos ao prédio indispensáveis ao perfeito funcionamento de suas instalações.

1.2 — O valor estimativo da obra objeto do presente convênio é de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA — Da Execução da Obra

2.1 — A execução da obra dar-se-á em terreno de propriedade do Estado do Paraná, adquirido por escritura pública de doação transcrita sob n.º 8.972 no Livro 3-H de Transcrição das Transmissões do Registro de Imóveis da Comarca de Capanema, deste Estado, terreno esse constituído pelo lote n.º 11 da quadra n.º 43 do Patrimônio Realeza — 2.ª Parte da Colônia Missões do Município de Realeza, com área de 800,00m² (oitocentos metros quadrados).

2.2 — A obra será executada por administração direta da Prefeitura Municipal, ou mediante adjudicação por ela formalmente instituída, dentro do prazo de 150 (cento e cinquenta) dias.

2.2.1 — No caso de ocorrer a execução da obra por administração direta, a responsabilidade técnica da mesma será atribuída a profissional legalmente habilitado, de reconhecida idoneidade e de comprovada capacidade técnica, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de exigir da Prefeitura Municipal a sua substituição a qualquer tempo durante a execução, face a razões de ordem técnica, ou outras, que a seu critério se imponham.

2.2.2 — No caso de ocorrer a execução da obra mediante adjudicação, esta deverá dar-se a empreiteira legalmente habilitada e de comprovada idoneidade técnica e financeira, a critério e sob a exclusiva responsabilidade da Prefeitura Municipal, ressalvada ao Departamento, não obstante, a prerrogativa de, a qualquer tempo, vedar a execução da obra por empreiteira que esteja com seu direito de licitar suspenso, perante ele, ou que haja sido declarada inidônea para licitar na Administração Estadual, ou ainda a empreiteira que, no curso da execução, se mostre por qualquer forma deficiente para o perfeito cumprimento da obra.

2.2.3 — O prazo contar-se-á em dias consecutivos, e a partir do 11.º (décimo primeiro) dia após a assinatura do presente convênio.

2.3 — A Prefeitura Municipal será responsável, quanto a execução da obra, pela observância das disposições da legislação vigente disciplinadoras da contratação de serviços, aquisição de materiais e outras, inclusive das que regulam o exercício da Engenharia e Arquitetura, não cabendo à Secretaria da Segurança e ao Departamento qualquer responsabilidade pelo descumprimento, por parte da Prefeitura Municipal, das citadas disposições. A Secretaria da Segurança e o Departamento ficam, identicamente, isentos de toda e qualquer responsabilidade, vínculo ou obrigação de natureza trabalhista, ou concernente à previdência social e a acidentes do trabalho, com relação ao pessoal empregado na obra pela Prefeitura Municipal.

2.4 — A execução da obra será conduzida sob a fiscalização de Engenheiro do Departamento, obrigando-se a Prefeitura Municipal, por si ou pela empreiteira a que tiver adjudicado tal execução, a prover-lhe plenas condições para o perfeito desempenho de suas atribuições, e a acatar e cumprir suas determinações de ordem técnica, relativamente a execução da obra dentro da ordenação fixada pelos respectivos projetos e especificações, e com o emprego de materiais e mão-de-obra de 1.ª qualidade.

CLÁUSULA TERCEIRA — Do Custeio da Obra

3.1 — O custeio da obra dar-se-á em regime de aplicação conjunta de recursos entre a Secretaria da Segurança e a Prefeitura Municipal, participando cada uma delas com 50% (cinquenta por cento) do valor estimativo determinado na Cláusula Primeira, item 1.2.

3.1.1 — A participação da Secretaria da Segurança e da Prefeitura Municipal dar-se-á mediante prévios empenhos de verba, sendo o(s) da Prefeitura Municipal à conta de dotação(ões) própria(s), e o(s) da Secretaria da Segurança à conta do Fundo Especial de Recuperação Policial — FUNRESPOL (Lei Estadual n.º 6.102, de 27.5.70, parcialmente alterada pela Lei Estadual n.º 6.409, de 13-6-73, tendo sido quanto a esta, extraído em 29-7-74 o empenho de verba n.º 90/74, no valor de Cr\$ 40.000,00 (quarenta mil cruzeiros).

3.2 — Os pagamentos à Prefeitura Municipal dar-se-ão por intermédio do Serviço Administrativo do FUNRESPOL, mediante faturas devidamente certificadas pelo Engenheiro encarregado da fiscalização da obra e regularmente processadas junto ao Departamento, em 6 (seis) parcelas distintas assim distribuídas:

3.2.1 — 15% (quinze por cento) do valor total da participação financeira da Secretaria da Segurança quando executadas, na obra, a locação, a terraplenagem, as fundações e as vigas de baldrame (Cr\$ 6.000,00).

3.2.2 — 20% (vinte por cento) quando executados a alvenaria de tijolos, os pilares, as vigas, as cintas e as vergas (Cr\$ 8.000,00).

3.2.3 — 20% (vinte por cento) quando executadas a armação do telhado, a cobertura, a funilaria e as lages (Cr\$ 8.000,00).

3.2.4 — 20% (vinte por cento) quando executadas as instalações hidráulica e elétrica, e as esquadrias (Cr\$ 8.000,00).

3.2.5 — 20% (vinte por cento) quando executados os revestimentos dos pisos, paredes e tetos, e a pintura (Cr\$ 8.000,00).

3.2.6 — 5% (cinco por cento) quando integralmente executada a obra e recebida em conformidade com o disposto na cláusula seguinte (Cr\$ 2.000,00).

CLÁUSULA QUARTA — Do Recebimento da Obra

4.1 — Após concluída, a obra será vistoriada por intermédio de Comissão composta por dois Engenheiros do Departamento e por uma autoridade policial com qualificação e credenciação do Diretor da Polícia Civil, ocorrendo o seu formal recebimento somente quando, a juízo de tal Comissão, se apresentar em perfeitas condições, segundo os respectivos projetos e especificações.

4.1.1 — Formalizado o recebimento da obra da Prefeitura Municipal, o Departamento fará a entrega da mesma à Secretaria da Segurança, para efeito da imediata utilização do prédio de seu objeto, por esta, dentro das finalidades de sua destinação.

CLÁUSULA QUINTA — Da Placa Indicativa

5.1 — Simultaneamente ao início da obra a Prefeitura Municipal providenciará a colocação, em local de sua execução que propicie fácil visibilidade de placa indicativa com as referências necessárias à divulgação do empreendimento e deste seu convênio.

5.1.1 — A placa será confeccionada segundo modelo a ser fornecido pelo Departamento, devidamente aprovado pela Secretaria da Segurança.

CLÁUSULA SEXTA — Da Rescisão do Convênio

6.1 — O presente convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, mediante condições previamente estabelecidas, assim como poderá — independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial — ser rescindido por uma das partes perante o descumprimento, por qualquer das outras, das obrigações assumidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA — Do Foro

7.1 — Para dirimir as questões que resultem deste convênio as partes elegem o Foro desta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA OITAVA — Das Disposições Subsidiárias

8.1 — Para a solução dos casos não regulados pelas cláusulas deste convênio serão aplicadas, subsidiariamente, as disposições cabíveis das leis e dos decretos em vigor.

E, por se acharem de pleno acordo, assinam os representantes legais das partes este convênio, em 8 (oito) vias de igual teor e forma.

Mário Carneiro Portes — Secretário da Segurança Pública do Estado
Gerhard Leo Linzmeyer — Secretário de Viação e Obras Públicas do Estado

João Maria Corrêa — Prefeito Municipal de Realeza
Antonio Lopes de Noronha — Diretor da Polícia Civil
Rolf Lunkmoss de Christo — Diretor Geral do D.E.O.E.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM — 75/74

Curitiba, 16 de outubro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo datado de 10 de setembro de 1974, ao Convênio celebrado em 31 de janeiro de 1974 entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL objetivando o desenvolvimento de um programa sobre "Estudo para o Desenvolvimento Regional no Nordeste do Estado do Paraná".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**INSTRUMENTO JURÍDICO DE ALTERAÇÃO PARCIAL AO
CONVÊNIO N.º 07/74**

Instrumento Jurídico de Alteração Parcial ao Convênio n.º 07/74, celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, em 31 de janeiro de 1974, objetivando o desenvolvimento de um programa sobre "Estudo para o Desenvolvimento Regional no Nordeste do Estado do Paraná".

Aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de 1974, reuniram-se, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, de um lado o Estado do Paraná, neste ato representado por seu Governador, Eng. Emílio Hoffmann Gomes, ao final assinado, doravante denominado "ESTADO" e, de outro lado, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, autarquia federal, vinculada ao Ministério do Interior, criada pelo Decreto-Lei n.º 301, de 28 de fevereiro de 1967, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com C.G.C./MF n.º 9285151, neste ato representada por seu Superintendente, Eng. Paulo Afonso de Freitas Meiro, ao final assinado, doravante denominada "SUDESUL" e resolveram, de comum acordo, inserir alterações nas Cláusulas Sétima e Décima Segunda do Convênio supra citado, permanecendo inalteradas as demais disposições contratuais, o que fazem sob as cláusulas e condições que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: — É acrescida aos recursos previstos na Cláusula Sétima do Convênio n.º 07/74, a importância de Cr\$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros), empenhada sob n.º 1041, em 10 (dez) de setembro de 1974, assim classificada: PROGRAMA: Administração; SUBPROGRAMA: Planejamento e organização; PROJETO: 01.081.1.041 — Estudos Básicos de Planejamento Especial, Setorial e Regional; ELEMENTO DE DESPESA: 4.1.2.0 — Serviço em Regime de Programação Especial.

Parágrafo Único — A importância mencionada no "caput" desta cláusula, correrá à conta do Orçamento Programa de 1974.

CLAUSULA SEGUNDA: — O prazo de execução, de que trata a Cláusula Décima Segunda do referido convênio, fica prorrogado até a data de 10 de outubro de 1974.

E por estarem acordes, assinam as partes o presente instrumento em duas vias, na presença das testemunhas que também firmam abaixo.

Curitiba, 10 de setembro de 1974.

"ESTADO" — Engenheiro Emílio Hoffmann Gomes — Governador.

"SUDESUL" — Engenheiro Paulo Afonso de Freitas Melro — Superintendente.

Testemunhas:

Engenheiro Henrique Brandão Cavalcanti — Secretário Geral do Ministério do Interior.

Doutor Belmiro Valverde Jobim Castor — Secretário do Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

— Sob os n.ºs 254 e 255/74, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

46/74: — Do Senhor Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo, declarar de Utilidade Pública o Instituto Paranaense de Reabilitação da cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tornou o n.º 6.621. — Agradeça-se.

90/70: — Do Senhor Ex-Deputado Luiz R. Malucelli, que denomina "Grupo Escolar Reinaldo Caliman", o atual Grupo Escolar de Vila Operário, com sede no Município de Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tornou o n.º 6.623. — Agradeça-se.

— Sob o n.º 157/74, do Senhor General de Divisão Samuel Augusto Alves Corrêa, Comandante da 5.ª R.M. e 5.ª D.E., prestando esclarecimento em atenção ao Requerimento do Senhor Deputado Iris Mário Caldart. — Ao conhecimento do Senhor Deputado Interessado.

— Sob o n.º 531/74, do Senhor Estevam Augusto Pereira, Assessor Parlamentar do Ministro dos Transportes, prestando informações em atenção ao Requerimento do Senhor Deputado Iris Mário Caldart. — Ao conhecimento do Senhor Deputado Interessado.

— Sob o n.º 2.644/74, do Senhor Otacílio Azevedo, Secretário da Câmara Municipal do Recife, comunicando a aprovação de requerimento de autoria do Senhor Edil Josué Pinto, subscrito pelo Senhor Vereador Wandenkolk Wanderley, formulando apelo a todas as Assembleias do País, no sentido de, em movimento conjunto, ser pleiteada ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, a revogação da Resolução do CONTRAN, que determinou a retirada do banco dianteiro do táxi de duas portas. — Ao conhecimento da Casa.

— Sob o n.º 115/74, do Senhor Elias Siqueira Saliba, Presidente do Sindicato dos Contabilistas do Paraná, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquela Entidade. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

EMENDA:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 92/74

Inclua-se onde couber:

"Art. — Aos ocupantes dos cargos de Assistente, Assessor Jurídico, Diretor Auxiliar, Diretor Secretário da Corregedoria Geral da Justiça e Assessor de Recursos, da Parte Suplementar do Tribunal de Justiça; aos ocupantes dos cargos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Auxiliar Técnico, Médico e Secretário da Comissão, da Parte Permanente da Assembleia Legislativa do Estado; e aos ocupantes dos cargos de Secretário Geral, Diretor, Assessor Técnico, Assistente Técnico da Presidência, Tesoureiro, Auxiliar de Tesoureiro e Bibliotecário, da Parte Suplementar do Tribunal de Contas do Estado, fica concedida a Gratificação de Produtividade de que trata a Lei n.º 6.593/74, no valor único de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), obedecidas as exigências contidas na referida Lei.

Parágrafo Único — Aos que, após o advento das Leis n.ºs 6.569/74 e 6.593/74, forem providos nos cargos nelas especificados será assegurada a Gratificação de Produtividade nos valores e condições previstos nas referidas leis".

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 1974.

(a) Ivo Thomazoni

JUSTIFICATIVA:

A Emenda que ora estou apresentando vem dar cumprimento ao que foi prometido por esta liderança em Plenário quando da votação das Leis n.ºs 6.569/74 e 6.593/74, de numera terceira etapa o Poder Executivo poderia solucionar também o problema dos cargos isolados da Assembleia, Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas.

Visando atender todos aqueles que ficaram excluídos daquelas Leis estamos propondo uma medida de inteira justiça, que acreditamos não haver qualquer óbice na sua aprovação e sanção, pois está se obedecendo o princípio de igualdade de direitos perante a Lei.

Assim sendo, esta Emenda contemplará as categorias de servidores ainda não atingidos pela gratificação de produtividade, acabando com exceções e todos os problemas de ordem funcional e hierárquica existentes.

Esse o motivo que levou-nos a medida desta natureza, a qual acreditamos merecer a aprovação dos nobres pares com assento nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos. Não havendo quem queira fazer uso da palavra no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda ao Projeto de Lei n.º 92/74, de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. — Apejada, Será anexada ao Projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 21/74, de autoria do Deputado Igo Losso, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Ministro Mozart Victor Russomano, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54/74, de autoria do Deputado Arthur de Souza, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal ao Senhor Otávio Moreira da Silva, no valor de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/74, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo elevar a pensão mensal do Senhor Fred Hauber para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros). Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favorável da C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 32/74, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Colombo, 10 (dez) destacadores modelo 6A-DET e 2 (dois) guinchos Hister, números, séries e lotes que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO.

Em discussão o Projeto e o Substitutivo. Encerrada a discussão. Em votação o Substitutivo, ressalvada a Emenda. — Aprovado o Substitutivo. A Emenda de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, não será submetida a votação, por se tratar de matéria não correlata com o Projeto em discussão e votação.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/74, de autoria do Deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria dos Negócios da Viação e Obras Públicas, prestar auxílios em forma de reparos às entidades que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 98/74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica a Secretaria dos Negócios de Viação e Obras Públicas, autorizada a executar, pelo seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, reparos de pequena monta e assim considerados como tais, em casos caracterizados como de emergência nos estabelecimentos e instituições particulares de amparo à infância, à maternidade à velhice, à invalidez e às instituições congêneres, declaradas de utilidade pública.

Parágrafo Primeiro — Os reparos a que alude este artigo, serão procedidos, observadas as prioridades previstas na programação do Órgão Executor.

Parágrafo Segundo — As despesas para o atendimento no disposto na presente Lei, correrão à conta do sub-elemento 3.1.3.0.06 (reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis e imóveis) do orçamento próprio do Departamento de Edificações e Obras Especiais, na dependência da disponibilidade financeira, no referido sub-elemento.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1974.

(a) Borsari Netto

JUSTIFICATIVA

Consoante informações que me tem sido diretamente prestadas pelas instituições particulares de assistência à maternidade, à infância, à velhice, à invalidez, são poucas as que tem a ventura de receber auxílios em forma de reparos do Estado, apesar de todo o esforço deste, de forma considerada satisfatória.

O merecimento pelos êxitos colhidos, ao longo de anos de caridade prestada, por estas instituições, sempre lutando com as maiores dificuldades, quer de instalações, quer de pessoal, faz delas, um autêntico auxiliar da administração pública estadual, merecedor de nossa especial atenção.

O trabalho anônimo e ordeiro dessas instituições, é do mais alto valor social e humano, devendo por isso mesmo, receber dos Poderes Públicos, toda a sorte de atenção e de assistência.

O esforço de cada uma destas entidades, para diminuir o sofrimento de nossos semelhantes, é indiscutível e cabe ao Estado, dar a elas todo o apoio necessário, para que não desanimem, neste trabalho extraordinário de recuperação e atendimento aos nossos irmãos menos favorecidos pela sorte.

Visando colaborar com essas entidades oferecemos o anexo Projeto de Lei cuja base legal está consubstanciada nos artigos 125, 127 e 131 da Constituição Estadual, onde se consignou que o Estado assegurará, no âmbito de sua competência, proteção, assistência e recuperação aos desajustados à vida coletiva e especialmente à infância, à adolescência e à velhice.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 98/74

Autor: Deputado Borsari Netto.

1. — O projeto de autoria do nobre Deputado Borsari Netto, pretende autorizar a Secretaria de Viação e Obras Públicas a prestar auxílios sob a forma de reparos de pequena monta, a serem executados pela referida Secretaria, às entidades de amparo à infância, à maternidade, à velhice, à invalidez às instituições congêneres, declaradas de utilidade pública.

2. — A ampla e bem fundamentada justificativa apresentada pelo ilustre autor do Projeto, nos convence da oportunidade e do acerto da medida preconizada, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

E o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 02 de setembro de 1974.

(aa) Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Wilson Fortes — Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO
PROJETO DE LEI N.º 93/74

Autor: Deputado Borsari Neto.

1 — O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Assembléia.

2 — Dados os beneméritos objetivos das instituições mencionadas e do inegável interesse social do presente Plano de Lei, nada há que obste sua aprovação por esta Comissão.

Opinamos, portanto, favoravelmente.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1974.

Quelise Crisóstomo — Presidente.

Quelise Crisóstomo — Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N.º 98/74

PARECER

O nobre Deputado Francisco Borsari Netto, apresenta o plano de Lei ora encaminhado, autorizando a Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, a prestar auxílios em forma de reparos às entidades que especifica.

As Doulas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, em sua devota oportunidade, opinaram pela acolhida da proposição.

No âmbito desta Comissão, nada há que obste à licitude da medida pleiteada.

Destarte, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em... de outubro de 1974.

Borsari Netto — Presidente.

Lázaro Dumont — Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/74, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao ex-Governador do Estado, Doutor Paulo Cruz Pimentel. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 126/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Paulo Cruz Pimentel, ex-Governador do Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1974.

(a) Erondy Silvério

JUSTIFICAÇÃO:

O "Curriculum Vitae" do homenageado e a justificação do presente plano de Lei serão oportunamente apresentados em Plenário, para instrução deste Projeto.

JUSTIFICATIVA:

Desnecessário seria justificar a presente proposição: é recente e marcante a passagem de Paulo Cruz Pimentel pelo Governo do Estado do Paraná, onde se distinguiu pelo cunho otimista e dinâmico que impôs à administração pública, realçando-se como estadista de raro discernimento e visão panorâmica da problemática de um Estado em expansão vertiginosa.

Sendo o primeiro Governador eleito do Paraná a cumprir integralmente o seu mandato, que expirou a 15 de março de 1971, Paulo Cruz Pimentel deixou o Palácio Iguaçu carregado por populares desmerecendo a tradição triste de que o desgaste político e humano é consequência natural dos termos de governança. Era o reconhecimento popular ao homem que, assumindo o comando do Estado num momento histórico em que as finanças públicas se combaliam e a situação política-institucional era delicada, soube conduzir o Paraná aos caminhos de desenvolvimento que até agora está trilhando.

Paulista de Avaré, filho de Paulo Pimentel e Maria Isabel Cruz Pimentel, nasceu em 7 de agosto de 1928. Instruiu-se em sua terra natal, depois na Capital de São Paulo, no Colégio Rio Branco. Bacharelou-se em Direito na Universidade Federal de São Paulo em 1952. Já em 1953 casava-se com a senhora Yvone Aparecida Lunardelli Pimentel, de quem tem quatro filhas: Altair, Isabel, Yvone e Vera Lúcia. Como advogado trabalhou na firma Votorantim (São Paulo) e na Usina Central do Paraná (Porecatu) da qual foi depois Diretor até 1960. Em 1961 foi trazido da empresa privada para a vida pública, através de convite do então Governador Ney Braga para assumir a Secretaria da Agricultura. O destaque que obteve nesse cargo valeria, depois, a candidatura ao Governo do Estado da qual saiu-se vitorioso e com ampla preferência do povo paranaense. Como Secretário da Agricultura pertenceu à Junta Administrativa do IBC e criou a Companhia de Economia Mista Café do Paraná, responsável pela desburocratização da ação governamental na atividade rural. Implantou então a distribuição gratuita de sementes selecionadas aos agricultores, e, na pecuária, a permuta gratuita de gado sem raça por touros de alta linhagem Nelore, Gir, Guzerá e Charolês. Os seis mil animais então distribuídos, e igual providência na área da suinocultura, fizeram da economia animal paranaense uma das de melhor desfrute do País. Idealizou também as exposições de animais e produtos derivados, como fórmula de intercâmbio de informações e de reprodutores entre os pecuaristas, construindo aqui em Curitiba, em 1965, o Parque de Produção Animal Presidente Castelo Branco. Lançou, também na época, as campanhas "Alimentos para o Brasil" e "Paraná, Ceiro do Brasil", dando à Pasta da Produção um destaque nacional até então jamais alcançado. A somatória desse trabalho invulgar valeu-lhe a eleição, por voto direto, em 3 de outubro de 1965, para o cargo de Governador que exerceu de 31 de janeiro de 1966 a 15 de março de 1971.

O período de governo de Paulo Pimentel, como já foi frisado, realçou pelo volume de trabalho, pela injeção de otimismo que estimulou a todos a grandes esforços em prol do desenvolvimento. A rede de rodovias pavimentadas estaduais foi elevada de 750 para 2.150 quilômetros, portanto triplicada. Ao lado de volume, destacou-se a importância econômica dos trechos concluídos: Pato Branco-Três Pinheiros, Maringá-Umuarama, Ponta Grossa-Itararé, Maringá-Campo Mourão, Rodovia das Praias, Rolândia-Porto Capivara e muitos outros.

Tirou Guarapueçaba do isolamento que condenava o Município a ser um bolsão de subdesenvolvimento num Paraná que crescia, com a construção da estrada Cacatu-Guarapueçaba. Após vinte anos de morosidade, impulsionou a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná, deixando-a com 50% da implantação terminada, permitindo, portanto, que dentro de muito breve seja inaugurada e dinamize as relações econômicas Norte-Sul e impulse as exportações brasileiras via Paranaguá. No setor de energia elétrica elevou a disponibilidade do Estado em 400 mil quilowatts, com a entrega das usinas hidrelétricas de Capivari-Cachoeira, Júlio de Mesquita Filho e Salto Grande do Iguaçu, deixando iniciadas as obras de Salto Osório, com potência para um milhão de quilowatts. No campo da educação e da cultura construiu milhares de salas de aulas, em todas as regiões, promoveu o treinamento do professorado e deu-lhe novo Estatuto do Magistério. Sob regime de Fundação, criou as Universidades de Londrina, Maringá e Ponta Grossa, duplicando o número de Faculdades existentes no Estado, de treze para vinte e seis. Improu letras e artes em escala jamais atingida, promovendo o Paraná como o Estado que maior estímulo oferecia à cultura brasileira. No setor de saúde pública instalou 122 novas unidades sanitárias no interior, reaparelhou o Laboratório Geral do Estado, concluiu, equipou e pôs em funcionamento o modelo Sanatório de Londrina e o Manicômio Judiciário de Curitiba. Elevou o volume de obras do DEOE, alcançando a cifra de 400 mil metros quadrados, destacando-se, no setor, as sedes próprias do Instituto de Previdência do Estado em Curitiba e Londrina. Nas telecomunicações foi praticamente o pioneiro: partindo do marco zero deu o início às obras que fazem do Paraná, hoje, o Estado brasileiro Líder em comunicações. Implantou o moderno sistema que aí está, com expansão do sistema telefônico e automatização em setenta cidades, triplicou a rede de Curitiba e inovou com o sistema de discagem direta à distância. Inaugurou a rede principal de micro-ondas, ligando Curitiba aos portos marítimos e dando o primeiro passo para a integração telefônica do interior. Hoje uma realidade. Com verbas exclusivamente estaduais, construiu o Palácio das Comunicações Presidente Costa e Silva, sede da Telepar, com 22 pavimentos e sofisticado equipamento. No setor financeiro, expandiu e redinamizou o Banco do Estado do Paraná, criou o Banco de Desenvolvimento do Paraná e a Companhia de Crédito Imobiliário do Paraná — Credimpar. Integrou iniciativa privada e governo nos serviços sociais, através de PAIS, equacionou problemas de terras que perduraram décadas, deu apoio à pesquisa e a tecnologia.

O concurso que este cidadão de Avaré deu ao desenvolvimento e ao bem-estar do povo paranaense o creditam como um dos mais ilustres cidadãos, e dos mais beneméritos, mesmo que nenhuma homenagem lhe fosse tributada. Mas esta Assembléia Legislativa, representando o povo paranaense da qual é mandatária, tem por obrigação de gratidão convidá-lo a vir receber o título formal de cidadão deste Estado, porque ninguém, mais do que ele, o merece e honra.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 126/74

PARECER

Submete-se à deliberação desta Comissão, Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, concedendo o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor PAULO CRUZ PIMENTEL, ex-Governador do Estado.

A ampla e brilhante justificativa do autor da proposição, nos convence da oportunidade e do merecimento da medida ora proposta.

Quanto ao amparo constitucional, legal ou jurídico, nada há que obste à tramitação do Projeto.

Faço o exposto, opino pelo ACOHIMENTO da proposição para ulterior seguimento regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Nelson Buffara — Relator

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convocando outra para amanhã, dia 7, quinta-feira, às 10 00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente. Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSOES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e setenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça sob a Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, e presentes os Srs. Deputados: Ovidio Franzoni, Sebastião Rodrigues Júnior, Nelson Buffara, Wilson Fortes e Gilberto Carvalho, este último especialmente convocado pelo Sr. Presidente. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da Reunião anterior. Constatou da Hora do Expediente requerimento de autoria do Sr. Teobaldo Siqueira Ribas, solicitando providências jurídicas no caso que relata. O Sr. Presidente solicita que o mesmo seja encaminhado ao Serviço de Assistência Judiciária, considerando que é matéria dessa alçada. Constatou da Ordem do Dia os seguintes Projetos de Lei: 1) — PROJETO DE LEI N.º 87/74, de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cascavel. Relator Deputado Antônio Franco F. da Costa. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 101/74, de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet. Concede título de cidadão Honorário do Paraná a Paul Garfunkel. Relator Deputado Antônio Franco F. da Costa. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 111/74, de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho. Autoriza o P.E. conceder auxílio da Cr\$ 151.448,33, ao Município de Arapongas. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 122/74, de autoria do Sr. Deputado Borsari Netto. Autoriza o P.E. dispensar a exigência da construção do Restaurante Popular tipo SAPS, constante do art. 2.º da Lei 726. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N.º 125/74, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel. Autoriza o P.E. doar ao Município de Curitiba, uma pá-carregadeira, pertencente ao 16.º Distrito Rodoviário. Relator Deputado Antônio F. F. da Costa.

Parecer favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N.º 126/74, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério. Concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao ex-Governador Dr. Paulo Cruz Pimentel. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N.º 128/74, de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores Prof. Enice Maria Boni, do Col. Governador Paulo Pimentel, de Mandaguáçu. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 130/74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 51/74 encaminhando anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Código Sanitário. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 159/67, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 17/67, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o Código Sanitário. Requerimento verbal do Sr. Relator Deputado Ovídio Franzoni, solicitando seja arquivado. Deferido. 10) — PROPOSIÇÃO N.º 171/74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 45-74, encaminhando cópia de convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer favorável com Proj. de Resolução. Aprovado. 11) — PROPOSIÇÃO N.º 173/74, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 52/74, encaminhando cópia de convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba. Parecer favorável do Sr. Relator Deputado Antônio F. F. da Costa. Aprovado. 12) — PROPOSIÇÃO N.º 176/74, de autoria do Supremo Tribunal Federal. Expediente solicitando informação a fim de instruir julgamento na Representação n.º 919. Representação. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Requer arquivamento considerando que o mesmo já foi atendido. Deferido. 13) — PROPOSIÇÃO N.º 99/71, de autoria dos Moradores do Distrito Lunardelli. Abaixo assinado solicitando elevação do Distrito de Lunardelli, à categoria de Município. Relator Deputado Wilson Fortes. Requer que o mesmo seja encaminhado à Presidência da Casa, a fim de que seja solicitada autorização ao Sr. Presidente da República. Deferido. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs. 180-74, 181-74, 182-74 e 183-74, todos concluindo que os VETOS estão em con-

dições de serem apreciados pelo Plenário da Casa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974.

a) Fabiano Braga Côrtes — Presidente

a) Rita Celestino Soares — Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 4.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sob a presidência do Senhor Deputado Antônio Maciel. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida a Ata da Reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que foi relatado o PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/74 — que aprova o convênio celebrado entre o MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E A SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ, para execução de PROJETO DE INFORMAÇÃO DE MERCADO. — Relator Senhor Deputado Antônio Maciel — parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) Antônio Maciel — Presidente

a) Marlene Couto de Cristo — Secretária